

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
LISTA DE ABREVIATURAS .....	15
<b>Primeira Parte. PARTE GERAL DO ESTUDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS</b> .....	17
1. Direitos fundamentais: politicidade, juridicidade e análise metodologicamente rigorosa .....	17
1.1 Política e direito .....	17
1.2 Sistematização do estudo metodologicamente rigoroso da matéria relativa aos direitos fundamentais .....	22
2. Aspectos históricos dos direitos fundamentais e constitucionalismo ...	24
2.1 Requisitos para o surgimento dos direitos fundamentais .....	24
2.2 As declarações de direitos no final do século XVIII .....	26
2.3 A positivação dos direitos sociais e a questão das “gerações” dos direitos fundamentais .....	32
2.4 Os direitos fundamentais no Brasil .....	36
2.4.1 Desenvolvimento histórico-constitucional .....	36
2.4.2 Crítica político-ideológica aos direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988 e demanda teórica .....	37
2.5 Internacionalização dos direitos fundamentais .....	40
2.5.1 Relevância da internacionalização .....	40
2.5.2 Relações entre direito nacional e direito internacional dos direitos fundamentais: pré e pós inserção do § 3.º ao art. 5.º da CF pela EC 45/2004 .....	42
3. Conceito de direitos fundamentais .....	52
3.1 Terminologia .....	52
3.2 Definição .....	54
3.3 Particularidades da matéria .....	60
4. Categorias e funções dos direitos fundamentais .....	63
4.1 Direitos de <i>status negativus</i> ou pretensão de resistência à intervenção estatal .....	64
4.2 Direitos de <i>status positivus</i> ou sociais ou a prestações .....	67

4.3	Direitos de <i>status activus</i> ou políticos ou de participação .....	68
4.4	Crítica e defesa da tripartição .....	68
4.5	Direitos coletivos .....	71
4.6	Garantias de organização .....	74
4.7	Deveres fundamentais .....	76
4.8	Garantias fundamentais .....	80
	Titulares dos direitos fundamentais .....	81
5.1	Titularidade dos direitos de <i>status negativus</i> do art. 5.º da CF ...	82
5.1.1	Igualdade perante a lei .....	82
5.1.2	Demais direitos enunciados no <i>caput</i> do art. 5.º da CF .	82
5.1.3	Direitos enunciados nos incisos do art. 5.º da CF .....	84
5.1.4	Direitos dos estrangeiros não residentes no país .....	86
5.2	Titularidade dos direitos sociais .....	91
5.3	Titularidade dos direitos políticos .....	94
5.4	Titularidade dos direitos coletivos .....	95
5.5	Titularidade das garantias fundamentais .....	96
5.6	As pessoas jurídicas como titulares dos direitos fundamentais .	97
6.	Início e fim dos direitos fundamentais .....	100
7.	Efeitos vinculantes e efeito horizontal dos direitos fundamentais ....	104
7.1	Destinatários ou sujeitos passivos das normas de direito funda- mental .....	104
7.1.1	O problema dos particulares como destinatários das nor- mas de direito fundamental .....	108
7.1.2	<i>Modus</i> direto e indireto do efeito horizontal .....	109
7.2	A concepção da dogmática do efeito horizontal indireto pelo Tri- bunal Constitucional Federal alemão .....	111
7.3	Efeito horizontal na ordem constitucional brasileira .....	113
8.	As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais .....	116
8.1	Dimensão subjetiva .....	117
8.2	Dimensão objetiva dos direitos fundamentais .....	118
8.3	Deveres estatais de tutela? .....	121
8.3.1	Teoria e fundamentação dogmática .....	121
8.3.2	Configuração jurisprudencial do Tribunal Constitucio- nal Federal alemão .....	121

8.4	O problema do parâmetro de aferição do cumprimento do dever estatal de tutela: dos limites de racionalidade da dogmática jurídica .....	127
9.	Limites dos e colisões entre direitos fundamentais .....	132
9.1	Introdução .....	132
9.2	Conceitos básicos .....	136
9.2.1	Área de regulamentação .....	136
9.2.2	Área de proteção .....	136
9.2.3	Exercício do direito .....	137
9.2.4	Intervenção na área de proteção do direito .....	141
9.2.4.1	Conceito e desenvolvimento de seu papel dogmático .....	141
9.2.4.2	Intervenções permitidas (justificação constitucional da intervenção na área de proteção de direito fundamental) .....	148
9.2.4.3	Intervenções proibidas (violação de direito fundamental) .....	151
9.3	Limites dos direitos fundamentais .....	152
9.3.1	Concretização mediante lei .....	152
9.3.2	Reserva legal .....	153
9.3.3	Direitos fundamentais sem reservas legais e direito constitucional de colisão .....	163
9.3.4	Limites constitucionais gerais em casos excepcionais ..	165
9.3.5	Limites dos limites .....	167
9.4	Colisão e concorrência de direitos fundamentais .....	169
9.4.1	Colisão .....	170
9.4.2	Concorrência .....	172
10.	O critério da proporcionalidade como método para a justificação de intervenções em direitos fundamentais e para solução de suas colisões ....	176
10.1	Natureza da proporcionalidade entre princípio e critério .....	176
10.2	Conceito original: dogmática alemã dos direitos fundamentais ..	179
10.3	Recepção do conceito de proporcionalidade em Portugal e no Brasil .....	184
10.4	Caráter decisório e fundamento do critério da proporcionalidade .....	191
10.5	Diferenciação em razão do autor da intervenção estatal .....	194

10.6	Elementos constitutivos ou subcritérios da proporcionalidade ..	197
10.6.1	Licitude do propósito perseguido .....	199
10.6.2	Licitude do meio utilizado .....	204
10.6.3	Adequação do meio utilizado .....	206
10.6.4	Necessidade do meio utilizado .....	214
10.7	Problemas de racionalidade do subcritério da proporcionalidade <i>stricto sensu</i> .....	224

**Segunda Parte. DOGMÁTICA APLICADA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: INSTRUMENTÁRIO E JURISPRUDÊNCIA COMPARADA .....** 233

11.	Introdução ao método de trabalho jurídico aplicado à teoria geral dos direitos fundamentais .....	233
11.1	Parecer técnico jurídico-constitucional enquanto preparação da decisão judicial dogmaticamente correta .....	233
11.2	Roteiros para o controle de constitucionalidade material em face de direitos fundamentais .....	242
11.2.1	Exame de constitucionalidade de lei que limita direitos negativos (de resistência) e políticos .....	245
11.2.2	Exame de constitucionalidade de medida administrativa ou judiciária que limita direitos negativos (de resistência) e políticos .....	246
11.2.3	Exame de conformidade a direitos fundamentais de igualdade (direito geral de igualdade do art. 5.º <i>caput</i> , da CF e direitos especiais de igualdade como do art. 5.º, 1, da CF) .....	246
11.2.4	Exame de constitucionalidade de omissões relativas a direitos prestacionais e sociais .....	247
11.3	Exemplo de uma minuta de parecer técnico-jurídico constitucional .....	247
12.	Análise de decisões do Tribunal Constitucional Federal alemão .....	261
12.1	Introdução .....	261
12.2	O Caso “Lüth” (BVerfGE 7, 198) .....	263
12.2.1	Ementas .....	263
12.2.2	Contexto histórico .....	264
12.2.3	Excertos .....	265
12.2.4	Análise crítica .....	276
12.3	O Caso “Farmácias” / Apothekenurteil (BVerfGE 7, 377) .....	279
12.3.1	Ementas .....	279

12.3.2	Contexto histórico .....	281
12.3.3	Excertos .....	282
12.3.4	Análise crítica .....	300
12.4	O Caso “Blinkfuer” (BVerfGE 25, 256) .....	303
12.4.1	Ementa .....	303
12.4.2	Contexto histórico .....	303
12.4.3	Excertos da decisão .....	304
12.4.4	Análise crítica .....	311
12.4.4.1	Introdução .....	311
12.4.4.2	Resumo da decisão .....	312
12.4.4.3	Reconstrução dogmática da decisão “Blinkfuer” ..	315
BIBLIOGRAFIA .....		325